



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 01 de março de 2018.

Comunicação 028/2017

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL PLENO

PROCESSO N. 016/2018

DECISÃO

Assiste razão ao BOTAFOGO DE FUTEBOL E REGATAS, mas apenas no que se refere à perda superveniente de objeto da presente Medida Cautelar.

Com efeito, o restante dos argumentos expendidos nas contrarrazões não são suficientes para elidir o que consta da peça vestibular. Na verdade, significam meras desculpas pelo descumprimento do que consta na Lei, nos Regulamentos e do que havia sido acordado no Arbitral.

De outro lado, não há o que falar em incompetência da Justiça Desportiva nem, muito menos, da necessidade de consultar-se ao gestor do Estádio acerca da sua utilização. Isso tudo já estava acertado no Arbitral e deliberado nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Regulamentos das Competições. E o BOTAFOGO restava cumprir o pactuado, o que se negou a fazer.

Foi em boa hora que BOAVISTA SC e CR FLAMENGO chegaram ao entendimento acerca do local do jogo, transferindo-o para Cariacica, o que, aliás, tornou estranho o acontecer de decisão de campeonato do Rio de Janeiro em outro Estado da Federação.

Felizmente, face ao espírito desportivo demonstrado especialmente pelo BOAVISTA SC, foi evitado mal maior e encerrada a competição sem maiores transtornos.

Em face disso e tendo em vista que a transferência do jogo decisivo obedeceu aos ditames da legalidade, efetivamente a presente Medida Cautelar perdeu o objeto, pelo que deve ser extinta, com a revogação da liminar.

É O QUE DECIDO.

De qualquer sorte, devendo ser verificada a ocorrência da infração capitulada no artigo 191, III, do CBJD, por parte do BOTAFOGO FR, determino a remessa dos autos à PROCURADORIA GERAL, para fins de análise.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2018.

José Jayme de Souza Santoro
Relator